

Carta de Apresentação

Nos termos da Resolução BCB nº 2/2020 e Instrução Normativa BCB nº 236/2022, a GALLERIA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. ("Companhia") apresenta ao Banco Central do Brasil as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Relatório da Administração;
- b) Relatório da Auditoria Independente;
- c) Balanço patrimonial;
- d) Demonstração do resultado;
- e) Demonstração do resultado abrangente;
- f) Demonstração da mutação do patrimônio líquido;
- g) Demonstração do fluxo de caixa; e
- h) Notas explicativas correspondentes.

Por Fim, cumpre saliente que a Administração da Companhia é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis do Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das Demonstrações Financeiras livres de distorções.

JOAO AUGUSTO
MAGATTI
ALVES:43682144803

Assinado de forma digital por
JOAO AUGUSTO MAGATTI
ALVES:43682144803
Dados: 2026.04.08 11:00:06
-03'00'

JOÃO AUGUSTO MAGATTI ALVES
Diretor de Contabilidade

LUIZ FERNANDO
MESSIAS
BISPO:882798208
68

Assinado de forma digital
por LUIZ FERNANDO
MESSIAS
BISPO:88279820868
Dados: 2026.04.13 11:16:41
-03'00'

LUIZ FERNANDO MESSIAS BISPO
Contador CRC 1SP105235/O-6

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da **GALLERIA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. (“Companhia”)** relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A **Companhia** foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em 12 de junho de 2023, conforme Ofício 14722/2023-BCB/Deorf/GTSP3, publicado no DOU, edição 109, seção 3, página 142, tendo seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, em 28 de julho de 2023.

A **Companhia** é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social a prática de operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e financiamento, previstas pelas normas legais e regulamentares em vigor.

A Diretoria



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores - Diretores e Acionistas da
GALLERIA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
São Paulo SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **GALLERIA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **GALLERIA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à “Sociedade”, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Apresentação dos valores correspondentes do período anterior

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 “a” às demonstrações contábeis, a qual descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes ao período anterior, conforme previsto no artigo 79 da Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN . Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da “Sociedade” é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da “Sociedade” é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a “Sociedade” continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a “Sociedade” ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da “Sociedade” são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da “Sociedade”.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da “Sociedade”. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a “Sociedade” não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais de deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026.

VENEZIANI AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP013744/O-1

ALCINDO TAKACHI
ITIKAWA:530051398
91

Assinado de forma digital por
ALCINDO TAKACHI
ITIKAWA:53005139891
Dados: 2026.04.01 14:17:01 -03'00'

ALCINDO TAKACHI ITIKAWA

CONTADOR CRC 1SP088652/O-9

Balço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025

Valores em R\$ mil

Ativo	dez/2025
<u>CIRCULANTE</u>	
Disponibilidades	14.620
Caixa e Equivalentes de Caixa	14.620
Titulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivados	6.248
Livres - Carteira Própria	6.248
Certificado de Depósito Bancário	275
Debentures	1.906
Cotas de Fundos de Investimentos	4.067
Outros Créditos	142
Impostos e Contribuições a Compensar	142
Total do Ativo Circulante	21.010
<u>NÃO CIRCULANTE</u>	
Imobilizado, Líquido	9
Total do Ativo não Circulante	9
TOTAL DO ATIVO	21.019
<u>Passivo</u>	
<u>CIRCULANTE</u>	
Outras Obrigações	
Cobrança e Arrecadação de Tributos	1.156
Obrigações Sociais e Estatutárias	1.950
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	411
Obrigações com Fornecedores	357
Operações de Crédito a Liberar	7.906
Diversas	2.051
Total do Passivo Circulante	13.831
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	
Capital Social	6.000
Reservas de Lucros	1.188
Total do Patrimônio Líquido	7.188
TOTAL DO PASSIVO	21.019

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

Demonstração de Resultado

Referente ao 2º semestre de 2025 e exercício de 2025

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	Valores em R\$ mil	
	2ºSEM/2025	EXERCÍCIO/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.227	1.592
Operações de Crédito	280	493
Rendas de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	947	1.099
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(291)	(291)
(-) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	(291)	(291)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	936	1.301
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	2.867	2.425
Receitas de Prestação de Serviços	3.668	5.790
Outras Despesas Administrativas	(474)	(2.839)
Despesas Tributárias	(328)	(533)
Outras Receitas Operacionais	1	7
RESULTADO OPERACIONAL	3.803	3.726
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0	0
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	3.803	3.726
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(740)	(1.035)
Imposto de Renda	(541)	(755)
Contribuição Social	(199)	(280)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	3.063	2.691
Quantidade de Ações ON Integralizadas	6.000.000	6.000.000
Lucro/(Prejuízo) por ação	0,51055	0,44852

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente
Referente ao 2º semestre de 2025 e exercício de 2025

Valores em R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	2ºSEM/2025	EXERCÍCIO/2025
Resultado Líquido do Período	3.063	2.691
(+/-) Outros Resultados Abrangentes da Instituição:		
(-) Ajustes da Resolução CMN 4966	0	0
(+) Ajustes da Lei 14.467/2022 - artigo 6º	0	0
Resultado Abrangente do Período	3.063	2.691

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Referente ao 2º semestre de 2025 e exercício de 2025

Valores em R\$ mil

Mutações do Patrimônio Líquido	Capital	Capital a Realizar	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Especial de Lucros		
Saldos em 30 de junho de 2025	6.000	0	69	984	(776)	6.277
Lucro/(prejuízo) líquido do período	0	0	0	0	3.063	3.063
Destinações:						
Reserva de Legal	0	0	135	0	(135)	0
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	0	0	0	0	(2.152)	(2.152)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.000	0	204	984	0	7.188
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.000	(2.240)	69	984	0	4.813
Aumento de Capital	0	2.240	0	0	0	2.240
Lucro/(prejuízo) líquido do período	0	0	0	0	2.691	2.691
Destinações:						
Reserva de Legal	0	0	135	0	(135)	0
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos	0	0	0	0	(2.556)	(2.556)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.000	0	204	984	0	7.188

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Referente ao 2º semestre de 2025 e exercício de 2025

Valores em R\$ mil

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto	2ºSEM/2025	EXERCÍCIO/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	3.063	2.691
(+) Amortizações e Depreciações	1	1
Lucro Líquido Ajustado	3.064	2.692
Variações nas contas do Ativo e Passivo		
(Aumento)/Redução de Títulos e Valores Mobiliários	(2.539)	(4.438)
(Aumento)/Redução de Outros Créditos	15	1.625
Aumento/(Redução) em Cobrança e Arredação de Tributos	921	962
Aumento/(Redução) em Obrigações Sociais e Estatutárias	0	(334)
Aumento/(Redução) em Obrigações Fiscais e Previdenciárias	223	(153)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	6.825	6.800
	5.445	4.462
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais	8.509	7.154
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado de Uso	0	(11)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimentos	0	(11)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Capital integralizado	0	2.240
Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio	(201)	(606)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(201)	1.634
Aumento/(Redução) líquido no caixa e equivalentes a caixa	8.308	8.777
Demonstração do aumento/(redução) nas disponibilidades		
Caixa e equivalentes a caixa no começo do período	6.312	5.843
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	14.620	14.620
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa	8.308	8.777

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

Informações sobre a Companhia

A **GALLERIA SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** ("**Companhia**"), é uma companhia de capital fechado, com sede na cidade de Votorantim, estado de São Paulo. A **Companhia** tem como objeto social, a prática de operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e financiamento, previstas pelas normas legais e regulamentares em vigor.

A **Companhia** foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em 12 de junho de 2023, conforme Ofício 14722/2023-BCB/Deorf/GTSP3, publicado no DOU, edição 109, seção 3, página 142, tendo seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, em 28 de julho de 2023.

1. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil.

As Demonstrações Financeiras da **Companhia** estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução nº 4.910/21 do CMN e da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

As Demonstrações Financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da **Companhia** e foram por ela aprovadas em 27 de janeiro de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores, conforme artigo 79, da Resolução 4966/2021.

2. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação do balanço patrimonial estão apresentadas a seguir:

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da **Companhia**. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

2.3. Capital social

O investimento efetuado na **Companhia** pelos acionistas é representado pelo capital social, discriminando o montante subscrito, e, por dedução, a parcela ainda não realizada, denominada capital a integralizar.

Existindo custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, estes são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido e os efeitos de impostos relacionados aos custos dessa transação são contabilizados conforme o CPC 32/IAS 12.

2.4. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A **Companhia** avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

2.5. Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB nº 2/2020. Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades da Financeira ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é realizada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

2.6. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao exercício futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

2.7. Resolução CMN 4.966/21 – Instrumentos Financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Dessa forma, a instituição elaborou o seu Plano de implementação da regulamentação contábil para os próximos anos e mantém à disposição do Banco Central do Brasil.

A lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, em sintonia com a nova norma contábil de instrumentos financeiros. Nosso plano de implementação é composto pela revisão das atividades impactadas, desenho do modelo ideal, implementação dos requerimentos exigidos pela norma, ambiente de testes e ajustes necessários para a entrada em produção. O encerramento dos trabalhos de implementação está previsto para 2024. O plano inicial poderá ser impactado ao longo do processo considerando a emissão e/ou atualizações das normas pelo Bacen.

3. Principais práticas contábeis

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

- **Provisão para crédito em liquidação duvidosa:** Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos exercícios de atraso e ao grupo econômico, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 4966/2021.
- **Imposto de Renda e Contribuição Social:** em 2024 a administração optou pelo Lucro Real anual as taxas de 25% e 10% adicional para Imposto de Renda e de 15% para a Contribuição Social. Para o exercício de 2025 a administração optou pelo Lucro Presumido trimestral as alíquotas de 25% e 10% adicional para Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

<u>Descrição</u>	<u>dez/25</u>
Depósitos Bancários	14.620

5. Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivados

<u>Descrição</u>	<u>Categoria</u>	<u>dez/25</u>
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivados		
Livres		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	Negociáveis competitivos	275
Debetures de	Negociáveis competitivos	1.906
Fundos de Investimentos	Negociáveis competitivos	4.067
		<u>6.248</u>

6. Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social – Lucro Presumido Trimestral:

Descrição	EXERCÍCIO DE 2025				
	1ºTRIM	2ºTRIM	3ºTRIM	4ºTRIM	TOTAL
Operações de Crédito	72	141	164	116	493
Rendas de Prestação de Serviços	1.162	959	2.002	1.666	5.789
Outras Receitas Operacionais	2	0	0	0	2
TOTAL BASE DE CÁLCULO - 32%	1.236	1.100	2.166	1.782	6.284
LUCRO PRESUMIDO DA ATIVIDADE	395	352	693	570	2.010
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários - 100%	65	88	482	464	1.099
Outras Receitas Operacionais	0	5	1	0	6
BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	460	445	1.176	1.034	3.115
IMPOSTO DE RENDA À ALÍQUOTA DE 15%	69	67	176	155	467
IMPOSTO DE RENDA À ALÍQUOTA DE 10% ADICIONAL	40	39	112	97	288
TOTAL IMPOSTO DE RENDA	109	106	288	252	755
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL À ALÍQUOTA DE 9%	41	40	106	93	280

7. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da **Companhia** é de 6.000.000 de ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no país.

b) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% sobre o lucro líquido do exercício da **Companhia**, conforme os termos da legislação societária. Será constituída obrigatoriamente pela **Companhia**, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida, ou poderá, a critério da **Companhia**, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somado ao montante da reserva de capital, atingir 30% do capital social.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo e/ou juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

A Companhia optou em distribuir 100% do resultado, após as deduções legais, para evitar a tributação prevista na Lei 15270/2025.

d) Reserva de retenção de lucros

Estabelecida pelo artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar/reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

8. Gerenciamento de riscos

Estrutura de gerenciamento de risco operacional, mercado e crédito A **Companhia**, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557/17, possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados, cujas classes principais são: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez e risco de taxa de juros da carteira bancária.

Complementarmente, a **Companhia** conta também com estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a necessidade de capital para face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios.

Risco de mercado: Os instrumentos financeiros da **Companhia** são classificados como carteira de não negociação (carteira bancária). A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de normativas, metodologias e limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da **Companhia**.

Risco de crédito: O processo de crédito, desde a proposição e captura dos dados cadastrais até o encaminhamento para cobrança, é suportado por sistema integrado de fornecedor terceiro. O monitoramento contínuo da exposição ao risco de crédito ocorre tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, visando a detecção tempestiva de indícios de deterioração da qualidade da carteira.

Risco de liquidez: A **Companhia** trabalha com níveis de liquidez ("colchão") para horizontes de curto e longo prazo, e análise constante de sua adequação para fazer face aos descasamentos do fluxo de caixa.

Risco operacional: A análise qualitativa de riscos é realizada por meio do mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades da **Companhia**, de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes. Informações adicionais relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos estão disponíveis no Relatório de Gestão de Riscos.